



**NOVA**  
**FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

Processo: 12.250/2022

Recorrente: S M LOPES ALMEIDA SOARES

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 158/2021 - Processo Licitatório nº 13.163/2020

Ap Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

Trata-se de recurso administrativo apresentado pela empresa recorrente através do Sistema Comprasnet contra a sua desclassificação no processo licitatório Pregão Eletrônico nº 158/2021 - Processo Licitatório nº 13.163/2020, que tem por objeto licitar a melhor proposta para a aquisição de material ludoterapêutico para atender as necessidades da Gerência de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do Município de Nova Friburgo/RJ.

Allega o recorrente que "a estimativa de preços apresentada no edital, para os referidos itens, encontra-se fora do valor de mercado" e que a empresa foi desclassificada por apresentar proposta acima do valor estimado em edital, sendo que "cotou os referidos itens se baseando nos preços reais de mercado". Ademais, alega que os produtos são protegidos pela lei de direitos autorais e que "a sua reprodução sem prévia autorização dos detentores dos direitos constitui crime contra a propriedade intelectual". Alega ainda que a empresa que se sagrou vencedora não pode reproduzir o material objeto da licitação com o intuito de venda no mercado, uma vez que "estes produtos só podem ser adquiridos em seus fabricantes ou distribuidores autorizados pelo fabricante".

A Comissão de Pregão, às fls. 04/06 conheceu o recurso e encaminhou o processo aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e dos anexos. As fls. 07, a Secretaria de Saúde encaminhou os autos a esta Procuradoria para análise do recurso.

E breve o relatório. Passa-se ao parecer.

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 44 do Decreto nº 10.024/19:

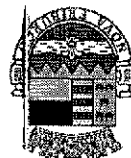
Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para se desajarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria de Saúde, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso e, após, encaminhar à referida secretaria para julgamento e decisão final.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
PROCESSO Nº 12.250  
DIA 11/01/22  
Folhas N.º 8 Rubrica



**NOVA**  
**FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

Inicialmente, insta destacar que o recorrente faz ponderações sobre itens que tampouco se dispôs a informar quais eram nas razões de seu recurso.

Acerta da estimativa de preços apresentada no edital, que, segundo o recorrente, se encontram fora do valor de mercado, esta assessoria entende que deveria ter sido objeto de matéria de impugnação, e não de recurso, por se tratar de aspectos referentes ao edital, na forma do art. 24 do Decreto 10.024/19.

**Art. 24.** Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

Neste sentido, o próprio edital também prevê a possibilidade em seu subitem 23.1, senão vejamos:

**23.1 -** Qualquer pedido de esclarecimento ou de impugnação deverá ser enviado eletronicamente ao pregoeiro no endereço com cópia para pregoeiroeletronico.friburgo@gmail.com até 3 (três dias úteis anteriores à data fixada no edital para abertura da sessão pública

Considerando que o prazo já foi encerrado, a referida alegação se encontra, portanto, prescrita para apuração.

Em prosseguimento, o art. 48 da Lei 8666/93 estabelece expressamente que serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação:

**Art. 48.** Serão desclassificadas:  
I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação

Na mesma forma, o art. 28 do Decreto nº 10.024/19:

**Art. 28.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

No caso em exame, a proposta da recorrente não atende as exigências do edital da licitação, uma vez que os itens se encontram com valores unitários acima dos preços estimados pela Administração, sendo certo que foi realizada ampla pesquisa de mercado no processo licitatório, conforme, relatório de pesquisa de mercado (fls. 428/433) e despacho da Secretaria de Saúde sobre a escolha dos preços balizadores da licitação (fls. 434/445).

Cumpre ressaltar que a estimativa de preço realizada pela Administração é o parâmetro objetivo pelo qual será fixado o preço devido por um bem a ser adquirido. Segundo o entendimento do Tribunal de Contas da União, "preço estimado é um dos parâmetros de que dispõe a Administração para julgar licitações e efetivar contratações. Deve refletir o preço de mercado,



**NOVA FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

PROCESSO N.º 12250  
PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO  
Folhas N.º 20 Rubrica

levando em consideração todos os fatores que influenciam na formação dos custos." Em sendo assim, a estimativa de preço, além de ser item prévio e fundamental para o prosseguimento da licitação, visto que também serve de parâmetro para a verificação de existência de recursos orçamentários para tanto, servirá também como critério para julgamento das ofertas apresentadas. Desta feita, descabida a alegação do recorrente de que os preços dos referidos itens estariam superiores aos praticados no mercado. Portanto, correta a desclassificação da proposta da recorrente.

Outrossim, o requerente solicitou que fosse permitido "o acompanhamento das entregas dos referidos itens" para que a empresa pudesse "comprovar a autenticidade do material fornecido a esta administração pela empresa vencedora." O controle sobre a regularidade da execução do contrato é atribuição exclusiva da Administração Pública, não se admitindo em nenhuma hipótese qualquer tipo de fiscalização por parte de particulares. A Lei 8.666/93 prevê expressamente em seu art. 58, III, senão vejamos:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

### III - fiscalizar-lhes a execução;

Trata-se, portanto, de uma prerrogativa do Poder Público, corroborada pelo art. 67 da Lei 8.666/93, que determina que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante designado pela Administração Pública.

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

No tocante à impossibilidade de a empresa vencedora reproduzir o material com o intuito de venda no mercado, o recorrente se limitou a dizer que "o mesmo é proibido pelas leis de direitos autorais, sendo que estes produtos só podem ser adquiridos em seus fabricantes ou distribuidores autorizados pelo fabricante, que cumpre toda a legislação que rege estes produtos". Em tese, no edital não há qualquer vedação em relação à empresa vencedora que dificulte a sua contratação, com base nas alegações feitas no recurso.



**NOVA**  
**FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

Todavia, assim como salientado pela Comissão de Pregão de Prego nº 06, se mostra devida a manifestação dos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e seus anexos, bem como do setor requisitante do objeto licitado, acerca das razões do recurso interposto.

Por todo o exposto, opina-se pelo **desprovemento do recurso**, devendo os autos serem remetidos à Secretaria de Saúde para ciência e tomada de providências, em conformidade com o § 4º do art. 109 da Lei n. 8.666/93.

E q parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que submete-se à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente

Nova Friburgo, 27 de maio de 2022

Stefanie Lima Ribeiro

Coordenadora de Nível Superior III Jurídico III  
Subprocuradoria de Processos Administrativos

Mat. 63.049

Fernando Guilherme de Oliveira (Advogado)  
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

SECRETARIA  
DE SAÚDE


Processo nº 12250/2022  
Data: 06/06/2022  
Folha nº 13  
Rubrica:

**De:** Secretaria de Saúde – Gestão de Processos  
**Para:** Comissão de Pregão

O presente processo administrativo versa sobre recurso ao certame para aquisição de material ludo terapêutico de acordo com a instrução processual apresentada nos autos.

Os autos foram encaminhados a Procuradoria Geral do Município para análise do recurso, o qual foi dado **desprovemento** à recorrente **fls. 11**.

Desta forma, esta Secretaria de Saúde vêm ratificar a decisão, pugnado pelo prosseguimento do feito.

**NICOLE RIBEIRO LESSA CIPRIANO**  
  
**Secretaria Municipal de Saúde**  
**Mat: 106.137**